

2021

# PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatório de Gestão 2021  
Demonstrações Financeiras  
Demonstrações Orçamentais  
Inventários  
Outros Documentos



**MONTEMOR  
O/NOVO**  
Câmara Municipal

# 2021

## PRESTAÇÃO DE CONTAS

# Relatório de Gestão



**MONTEMOR  
O/NOVO**  
Câmara Municipal

## Conteúdo

NOTA DE ABERTURA DO EXECUTIVO .....	3
ENQUADRAMENTO TÉCNICO FINANCEIRO .....	5
I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS .....	6
I.1    Estrutura política .....	6
I.2    Estrutura Organizacional .....	6
.....	7
I.3    Recursos Humanos .....	7
II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO .....	9
II.1    Análise Orçamental .....	9
II.1.1    Orçamento .....	9
II.1.2    Equilíbrio Orçamental .....	9
II.1.3    Receita Orçamental.....	10
II.1.4    Despesa Orçamental .....	11
II.1.5    Execução Plano Plurianal de Investimento .....	12
II.2    ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....	13
II.2.1    Análise ao Balanço .....	13
II.2.2    Análise à Demonstração de Resultados.....	15
II.2.3    Indicadores económico-financeiros .....	17
II.2.4    Endividamento Municipal .....	17
III    PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	19
IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	20
IV.1    Balanço .....	20
.....	Erro! Marcador não definido.
IV.2    Demonstração de Resultados por Natureza.....	21
IV.3    Demonstração de Fluxos de Caixa .....	22
V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	24
IV.1    Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico .....	24
IV.1.1    Identificação da entidade e período de relato .....	24
IV.1.2    RECURSOS HUMANOS .....	24
IV.2    Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	24
IV.3    rubrica de caixa e depósitos bancários .....	24
IV.4.1    Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	26

<b>IV.4.2</b>	<b>Principais políticas contabilísticas</b> .....	26
<b>IV.4.2.1</b>	<b>Ativos fixos tangíveis</b> .....	26
IV.4.2.2	Propriedades de investimento .....	27
IV.4.2.3	Ativos intangíveis .....	27
<b>IV.4.2.4</b>	<b>Acordos de concessão de serviços: Concedente</b> .....	28
<b>IV.4.2.5</b>	<b>Locações</b> .....	29
<b>IV.4.2.6</b>	<b>Participações financeiras</b> .....	29
<b>IV.4.2.7</b>	<b>Imparidade de ativos</b> .....	30
<b>IV.4.2.8</b>	<b>Inventários</b> .....	30
<b>IV.4.2.9</b>	<b>Instrumentos Financeiros</b> .....	31
<b>IV.4.2.10</b>	<b>- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</b> .....	32
<b>IV.4.2.11</b>	<b>- Regime do Acréscimo</b> .....	33
<b>IV.4.2.12</b>	<b>- Julgamentos e estimativas</b> .....	34
<b>IV.4.2.13</b>	<b>- Principais pressupostos relativos ao futuro</b> .....	35
<b>IV.4.2.14</b>	<b>- Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros</b> .....	35
<b>IV 5</b>	<b>- NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	36
	<b>Nota 6 – Locações</b> .....	41
	<b>Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos</b> .....	41
	<b>NOTA 23 - ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b> .....	51
	<b>Nota 24 - Diferimentos</b> .....	53
	<b>NOTA 25 - RENDIMENTOS E GANHOS</b> .....	54
	<b>NOTA 26 - GASTOS E PERDAS</b> .....	54
	<b>NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS</b> .....	55
	<b>NOTA 28 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b> .....	56
	<b>Nota 29 - GASTOS COM PESSOAL</b> .....	57
	.....	57
	<b>Nota 30 – DEPRECIAÇÕES</b> .....	57
<b>V</b>	<b>- Contabilidade de Gestão</b> .....	58
<b>VII</b>	<b>- Anexo às Demonstrações Orçamentais</b> .....	60
<b>VII.1</b>	<b>– DDORC</b> .....	60
<b>VII.2</b>	<b>- Operações de Tesouraria</b> .....	61

## **NOTA DE ABERTURA DO EXECUTIVO**

O ano de 2021 ficou marcado pela mudança de executivo resultante das eleições autárquicas de dia 26 de setembro. Assim, o ano 2021, apesar de economicamente refletir em grande parte o trabalho do anterior executivo, é também o início de um novo ciclo, um tempo de mudança, onde se pretende o início de um período de maior prosperidade e revitalização económica para todo o Concelho de Montemor-o-Novo, mas constitui também a continuidade de projetos anteriormente iniciados.

Por força da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNCAP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas de registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental (da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Por outro lado, o disposto na alínea a) do artigo 6º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), conjugado com o art.º 76 do referido diploma, prevê que deverão ser elaborados os correspondentes documentos de prestação de contas e conseqüentemente apreciados quer pelo órgão executivo (Câmara Municipal), quer pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal). Igualmente, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33, que é competência da Câmara Municipal elaborar, apreciar e aprovar os documentos de prestação de contas, a qual, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº 2 do art.º 25 da mesma Lei, deverá remetê-los posteriormente à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Assim, em cumprimento do previsto na citada legislação, foi elaborado o presente Relatório de Gestão referente ao ano económico de 2021, o qual, acompanhado dos demais documentos que compõem a prestação de contas, demonstram a situação económica e financeira do exercício económico, esclarecem

sobre as origens das receitas e a natureza das despesas da Autarquia, refletindo a utilização dos recursos afetos ao desenvolvimento das atividades e investimentos municipais e o nível de realização dos objetivos inicialmente aprovados e propostos, respondendo não só às questões dos órgãos autárquicos respetivos, mas também dos munícipes, os quais têm, com este documento, a possibilidade de conhecerem como são aplicados os recursos públicos do seu município.

O documento é elaborado de forma simples e clara, mas com algum detalhe sobre elementos e informações que julgamos necessários para a compreensão da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Montemor-o-Novo no ano de 2021 e o seu desempenho nas funções gerais, económicas e sociais que lhe estão atribuídas, contribuindo para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Salienta-se que o desempenho orçamental de 2021 decorreu num contexto de emergência sanitária resultante da situação epidemiológica de pandemia provocada pelo coronavírus SARS-Cov-2, e que, inegavelmente, influenciou a normal atividade autárquica. Reconhece-se que o Município de Montemor-o-Novo, neste âmbito, se empenhou em acompanhar a situação e canalizou significativos recursos financeiros, materiais e humanos que permitiram tomar medidas e encetar diversas atividades tendo em vista a contenção da pandemia, mas também garantir a estabilidade económica, social e ambiental do nosso concelho. Assim, durante este ano de 2021, foi possível através do orçamento autárquico minimizar os efeitos negativos desta pandemia, quer através de ações e iniciativas da responsabilidade da autarquia, quer através do trabalho em parceria com as várias entidades e instituições regionais e concelhias, auxiliando-se famílias, empresas, instituições sociais e as associações, a lidar com a conjuntura.

Não podemos também deixar de referir que o atual executivo pretende uma gestão financeira rigorosa e transparente, garantindo o cumprimento das normas legais de execução orçamental e ao mesmo tempo assegurar a estabilidade e a eficiência financeira do Município de Montemor-o-Novo.

Por último um reconhecimento aos funcionários e colaboradores do Município de Montemor-o-Novo pelo trabalho realizado. Com este esforço, colaboração, disponibilidade e união de todos vamos atingir os propósitos a que nos comprometemos, rumando a um futuro melhor para o nosso concelho, que tanto nos orgulha e gosto dá em cá viver. Afinal, Montemor-o-Novo: “SABE MUITO BEM!”

## **ENQUADRAMENTO TÉCNICO FINANCEIRO**

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea I) do nº.1 do art.º33, da Lei nº75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do nº.2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Montemor-o-Novo, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2021.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abriram caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas publicas).

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo, neste segundo ano de implantação do novo normativo o Município de Montemor-o-Novo dá seguimento apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

Implementação realizada num contexto adverso, à semelhança do exercício anterior, o ano de 2021 continuou fortemente marcado e condicionado pela situação de calamidade e de emergência ocasionada pelo COVID-19.

O presente relatório analisa os recursos humanos, a situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2021.

## **I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS**

### **I.1 Estrutura política**

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

No ano de 2021, em resultado das eleições de 26 de setembro foram eleitos novos órgãos autárquicos, o que resultou numa alteração da composição política dos respetivos órgãos com a alteração da presidência e de parte do executivo que se encontrava em funções.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo é constituída por 28 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 7 por inerência, por via do cargo de Presidente das Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal é constituída por 7 membros, 1 Presidente e 6 Vereadores.

De 1 de janeiro a 16 de outubro de 2021, o executivo teve a seguinte composição:

- Presidente: Hortênsia dos Anjos Chegado Menino
- Vice-Presidente: António Adriano Mateus Pinetra
- Vereador: Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro
- Vereador: Gil Pegado Porto
- Vereador: Olímpio Manuel Vidigal Galvão
- Vereador: Henrique José Leocádio Lopes
- Vereador: Cármen de Jesus Geraldo Carvalheira

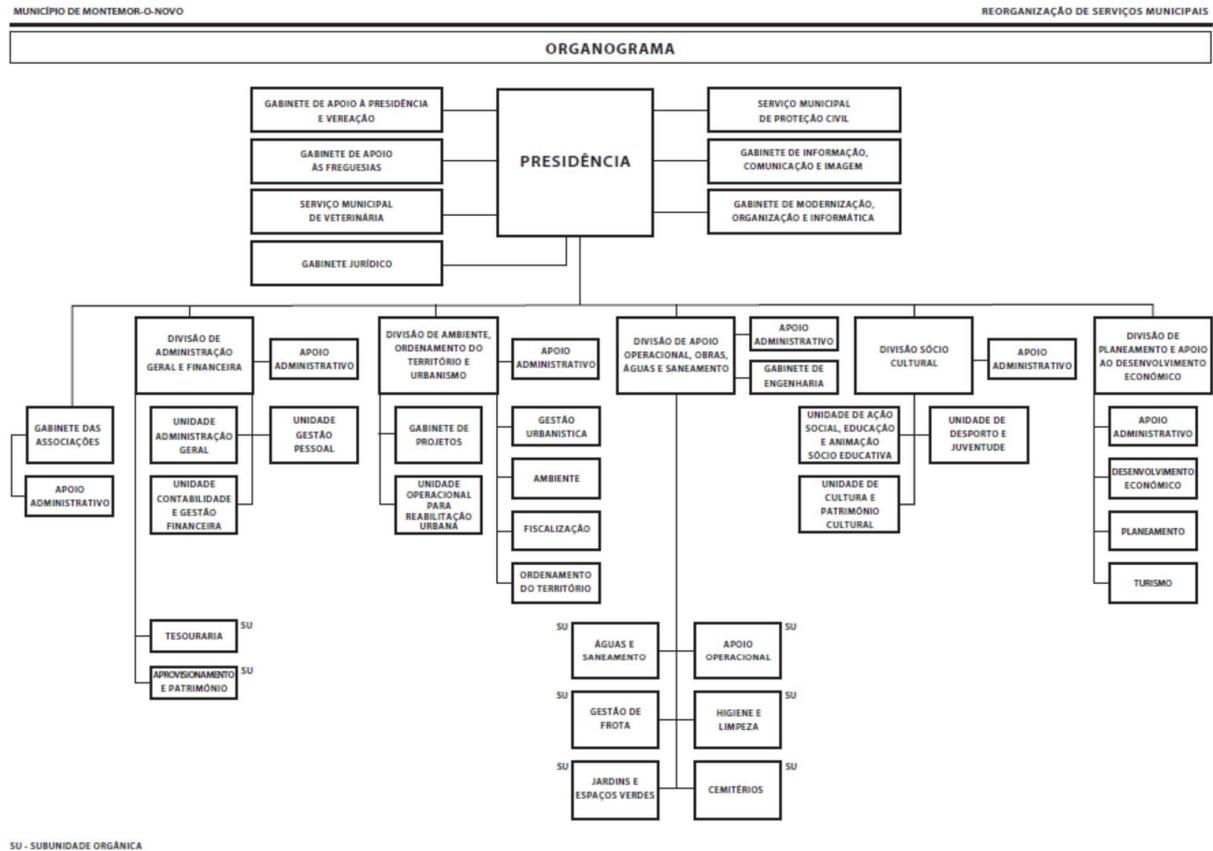
De 17 de outubro a 31 de dezembro de 2021, o executivo teve a seguinte composição:

- Presidente: Olímpio Manuel Vidigal Galvão
- Vice-Presidente: Henrique José Leocádio Lopes
- Vereador: Sílvia de Sousa Carranca Vieira dos Santos
- Vereador: António Luis Pinto Xavier
- Vereador: António Pedro Machado Romeiras
- Vereador: António Adriano Mateus Pinetra
- Vereador: Paula Cristina Vaqueirinho Bilro

### **I.2 Estrutura Organizacional**

No exercício de 2021 a estrutura orgânica do Município de Montemor-o-Novo encontrava-se definida nos termos da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprovada em reunião de Câmara no dia 20 de fevereiro de 2019 e em Assembleia Municipal no dia 22 de fevereiro de 2019.

## Organograma em 31 de dezembro de 2021



(in Despacho nº 5377/2019 de 31 de maio de 2019)

### I.3 Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 02/12/2020 e em reunião de Assembleia Municipal de 18/12/2020, o mapa de pessoal para 2021. O mesmo foi posteriormente revisto em reunião de Câmara Municipal de 16/06/2021 e em Assembleia Municipal de 25/06/2021.

No final de 2021, o número de trabalhadores ao serviço era de 374 trabalhadores, número que representou um acréscimo de 26 trabalhadores face ao ano de 2020.

No decorrer de 2021 foi iniciado procedimento concursal com o objetivo de contratação, por tempo indeterminado de 5 Técnicos Superiores, 1 Engenharia Florestal, 3 Engenharia do Ambiente e 1 Jurista.

Foram ainda contratados 1 Assistente Técnico e 2 Assistentes Operacionais com recurso a reserva de recrutamento e diversos outros trabalhadores, fruto da conclusão dos procedimentos abertos em anos anteriores.

A distribuição por carreiras e/ou categorias e ainda escolaridade, é a seguinte:

Carreiras / Categorias	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes / Intermédios	8	5	13
Técnico Superior	20	35	55
Assistente Técnico	29	42	71
Informática	5	0	5
Assistente Operacional	146	80	226

	Dirigente		Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Outros		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nível de escolaridade												
Menos 4 anos							1	0	2	2	3	2
4 anos							25	7			25	7
6 anos					1		50	19			51	19
9 anos					1	1	44	21			45	22
11 anos					4	3	3	1			7	4
12 anos					26	29	21	29			47	58
Bacharelato			0	2	0	0	1	0			1	2
Licenciatura	7	5	17	29	2	8	1	3			27	45
Mestrado	1		3	3	0	1					4	4
Doutoramento			0	1								1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>20</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>42</b>	<b>146</b>	<b>80</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>210</b>	<b>164</b>

As despesas com pessoal ascenderam durante o ano 2021 a 7.295.962,68 euros, o que representa um acréscimo em relação a 2020 de 194.701,82 euros, mais 2,74%.

Durante o ano de 2021, a autarquia não se candidatou a programas de apoio e incentivo ao emprego.

## II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO

### II.1 Análise Orçamental

#### II.1.1 Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 2 de dezembro de 2020 e pelo órgão deliberativo a 18 de dezembro de 2020, apresentava valores iniciais de receita e de despesa de 28.250.000 euros.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativas ou permutativas, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se manteve em vigor em 2021.

Ao longo de 2021 foram realizadas 32 alterações, 30 alterações permutativas e 2 alterações modificativas, que conduziram a um acréscimo global do orçamento para 1.572.140,09 euros. A alteração permutativa com mais impacto foi a incorporação do saldo da gerência do ano anterior, no montante de 3.077.271,49 euros.

Rubrica	DOREC Designação	Previsões Corrigidas	Execução	Grau de Execução	Estrutura	Rubrica	DODES Designação	Dotações Corrigidas	Execução	Grau de Execução	Estrutura
R01	Impostos diretos	3 301 000,00	3 245 691,11	98,32%	12,59%	D01	Despesas com o pessoal	7 431 148,60	7 296 650,48	98,19%	35,06%
R04	Taxas, multas e outras penalidades	304 540,27	145 914,24	47,91%	0,57%	D02	Aquisição de bens e serviços	6 347 958,44	5 089 455,53	80,17%	24,46%
R05	Rendimentos da propriedade	1 559 600,00	1 243 821,99	79,75%	4,83%	D03	Juros e outros encargos	22 840,00	15 439,15	67,60%	0,07%
R06	Transferências correntes	12 007 032,00	11 303 061,90	94,14%	43,85%	D04	Transferências correntes	2 082 410,00	1 872 950,88	89,94%	9,00%
R07	Venda de bens e serviços correntes	2 453 848,60	1 954 650,01	79,66%	7,58%	D06	Outras despesas correntes	333 520,00	290 368,81	87,06%	1,40%
R08	Outras receitas correntes	363 600,00	77 712,55	21,37%	0,30%	D07	Aquisição de bens de capital	11 206 232,04	4 546 219,63	40,57%	21,85%
R09	Venda de bens de investimento	11 000,00		0,00%	0,00%	D08	Transferências de capital	2 033 021,01	1 383 732,95	68,06%	6,65%
R10	Transferências de capital	5 858 029,00	4 440 851,21	75,81%	17,23%	D10	Passivos financeiros	215 000,00	164 838,86	76,67%	0,79%
R11	Ativos financeiros	2 000,00	1 012,40	50,62%	0,00%	D11	Outras despesas de capital	150 010,00	150 000,00	99,99%	0,72%
R12	Passivos financeiros	869 218,73	278 784,40	32,07%	1,08%						
R13	Outras receitas de capital	5 000,00		0,00%	0,00%						
R15	Reposições não abatidas nos	10 000,00	7 176,31	71,76%	0,03%						
R16	Saldo da gerência anterior	3 077 271,49	3 077 271,49	100,00%	11,94%						
<b>TOTAL</b>		<b>29 822 140,09 €</b>	<b>25 775 947,61 €</b>	<b>86,43%</b>		<b>TOTAL</b>		<b>29 822 140,09 €</b>	<b>20 809 656,29 €</b>	<b>69,78%</b>	

#### II.1.2 Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. De acordo com o quadro seguinte, o Município de Montemor-o-Novo cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente bruta acrescida da parte do saldo de gerência afeta a despesas correntes é superior à soma da despesa corrente com as amortizações médias de empréstimos no valor de 3.375.957,60 euros.

### Equilíbrio Orçamental 2020

Coluna1	Coluna2
Receita Corrente Bruta Cobrada	18 054 597,31
Saldo de Gerência a)	
Despesa Corrente Paga	14 513 216,32
Amortização Média dos Empréstimos	165 423,39
<b>Excedente</b>	<b>3 375 957,60</b>

a) no termos do nº 5 do artigo 40º da Lei 73/2013, concorre para o cálculo do equilíbrio orçamental a proporção do saldo de gerências que se destine a financiar despesa corrente

#### II.1.3 Receita Orçamental

A receita total cobrada líquida em 2021 atingiu 25.775.947,61 euros, (17.970.851,80 euros de receitas correntes, 4.720.648,01 euros de receita de capital onde se incluem 278.784,40 euros de empréstimos, e ainda 3.084.447,80 euros de outra receitas onde foi registado o saldo da gerência anterior), representando um grau de execução de 86,43%, retomando assim o limite imposto para o cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

Do total de 22.418.879,32 euros da receita efetiva, 21.301.169,91 euros tiveram origem em receitas próprias e 1.117.709,41 euros em financiamentos comunitários.

Comparativamente com o exercício de 2020 verificou-se um acréscimo da receita de 2.330.052,75 euros, que corresponde a mais 9,94%, crescimento que se encontra influenciado pelo recurso a empréstimos.

As transferências com um peso de 50,42% no total da receita mantém a posição dominante na estrutura da receita.

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2020
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	2 585 289,14		401 906,19	90 076,16	264 874,52	3 342 146,01	2 478 558,13
RI01	Operações orçamentais [1]	2 585 289,14		401 906,19	90 076,16		3 077 271,49	2 104 230,56
RI03	Operações de tesouraria [A]					264 874,52	264 874,52	374 327,57
RA02	Receita corrente	17 930 536,67		40 315,13			17 970 851,80	16 816 861,62
R1	Receita fiscal	3 245 691,11					3 245 691,11	2 878 930,13
R3	Taxas, multas e outras penalidades	145 914,24					145 914,24	208 964,71
R4	Rendimentos de propriedade	1 243 821,99					1 243 821,99	1 102 415,72
R5	Transferências e subsídios correntes	11 262 746,77		40 315,13			11 303 061,90	10 705 822,67
R6	Venda de bens e serviços	1 954 650,01					1 954 650,01	1 828 209,88
R7	Outras receitas correntes	77 712,55					77 712,55	92 518,51
RA03	Receita de capital	3 363 456,93		1 077 394,28			4 440 851,21	4 428 798,53
R8	Venda de bens de investimento							14 580,00
R9	Transferências e subsídios de capital	3 363 456,93		1 077 394,28			4 440 851,21	4 414 218,53
RA04	Receita efetiva [2]	21 301 169,91		1 117 709,41			22 418 879,32	21 249 960,96
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	7 176,31					7 176,31	4 300,81
RA05	Receita não efetiva [3]	1 012,40				278 784,40	279 796,80	91 703,34
R12	Receita com ativos financeiros	1 012,40					1 012,40	1 627,18
R13	Receita com passivos financeiros					278 784,40	278 784,40	90 076,16
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	23 887 471,45		1 519 615,60		368 860,56	25 775 947,61	23 445 894,86
ROT1	Operações de tesouraria [B]						174 587,10	170 756,47

## II.1.4 Despesa Orçamental

Apesar da significativa disponibilidade financeira o orçamento teve uma execução na despesa de 20.753.118,51 euros o que representa uma execução 69,59% das dotações. Em relação ao exercício de 2020 a despesa paga cresceu 384.495,14 euros.

O total da despesa paga corresponde a 76,93 % dos compromissos assumidos em 2021, sendo que a despesa corrente corresponde a 69,93% da despesa total, a despesas de capital os restantes 30,07%.

Para o saldo de compromissos a transitar (4.994.259,32 euros) contribuem maioritariamente as rubricas D7 aquisição de bens de capital com o montante de 3.719.795,41 euros, a D2 de aquisição de bens e serviços no montante de 797.451,61 euros, e ainda a D8 de transferências de capital com o valor de 311.367,56 euros. De referir que as obrigações por pagar se situam em 1.228.980,91 euros.

A despesa com pessoal mantém-se como a categoria de maior peso de 35,06% no total da despesa em 2021.

Rubrica	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores		Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
		Dotações Corrigidas									Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
		[1]	[2]								[3]	[4]	[5]	[6]	[7]		
	DESPESA CORRENTE	390 593,73 €	16 217 877,08 €			356 718,21 €	15 861 358,83 €	15 801 532,14 €	14 838 435,80 €	14 564 864,85 €	51 648,53 €	51 648,53 €	342 715,53 €	14 170 500,79 €	14 513 216,32 €	963 096,34 €	325 219,48 €
01	Despesas com o pessoal	81 562,68 €	7 431 148,60 €			43 721,68 €	7 387 426,92 €	7 387 426,92 €	7 386 814,67 €	7 296 650,48 €	687,80 €	687,80 €	81 562,68 €	7 214 400,00 €	7 295 962,68 €	612,25 €	90 851,99 €
02	Aquisição de bens e serviços	276 952,26 €	6 347 958,44 €			223 562,60 €	6 124 395,84 €	6 084 549,15 €	5 287 097,54 €	5 089 455,53 €	10 781,91 €	10 781,91 €	234 221,32 €	4 844 452,30 €	5 078 673,62 €	797 451,61 €	208 423,92 €
03	Juros e outros encargos		22 840,00 €			6 908,17 €	15 931,83 €	15 931,83 €	15 439,15 €	15 439,15 €				15 439,15 €	15 439,15 €	492,68 €	
04	Transferências correntes	19 050,99 €	2 082 410,00 €			37 296,40 €	2 045 113,60 €	2 025 653,60 €	1 879 941,66 €	1 872 950,88 €	6 535,50 €	6 535,50 €	18 584,89 €	1 847 830,49 €	1 866 415,38 €	145 711,94 €	13 526,28 €
05	Subsídios																
06	Outras despesas correntes	13 027,80 €	333 520,00 €			45 229,36 €	288 290,64 €	287 970,64 €	269 142,78 €	290 368,81 €	33 643,32 €	33 643,32 €	8 346,64 €	248 378,85 €	256 725,49 €	18 827,86 €	12 417,29 €
07	Aquisição de bens de capital	384 112,94 €	11 206 232,04 €			1 595 881,08 €	9 610 350,96 €	9 163 684,19 €	5 443 888,78 €	4 546 219,63 €	4 889,25 €	4 889,25 €	284 824,66 €	4 256 505,72 €	4 541 330,38 €	3 719 795,41 €	902 558,40 €
08	Transferências de capital		2 033 021,01 €			277 713,62 €	1 755 307,39 €	1 696 303,54 €	1 384 935,98 €	1 383 732,95 €				1 383 732,95 €	1 383 732,95 €	311 367,56 €	1 203,03 €
09	Ativos financeiros																
10	Passivos financeiros		215 000,00 €			5 879,14 €	209 120,86 €	164 838,87 €	164 838,86 €	164 838,86 €				164 838,86 €	164 838,86 €	0,01 €	
11	Outras despesas de capital		150 010,00 €			10,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €				150 000,00 €	150 000,00 €		
	<b>TOTAL</b>	<b>774 706,67 €</b>	<b>29 822 140,09 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>2 236 202,05 €</b>	<b>27 585 938,04 €</b>	<b>26 976 358,74 €</b>	<b>21 982 099,42 €</b>	<b>20 809 656,29 €</b>	<b>36 537,78 €</b>	<b>36 537,78 €</b>	<b>627 540,19 €</b>	<b>20 125 578,32 €</b>	<b>20 753 118,51 €</b>	<b>4 994 259,32 €</b>	<b>1 228 980,91 €</b>

## II.1.5 Execução Plano Plurianal de Investimento

No exercício de 2021 o DPPI teve uma execução de 4.789.394,57 euros, destacando-se, entre outros os investimentos na Implementação de Percursos Livres de Obstáculos, na Aquisição de Equipamentos para Mercados e Feiras, no programa Municipal de Modernização Administrativa na Revisão do PDM de Montemor-o-Novo, nas Beneficiações das EM 507 e 530, bem como na Extensão e Reforço de Iluminação Pública no Concelho, na Ampliação do Cemitério da Courela da Pedreira.

OBJETIVO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO				RUBRICA	TRAM DE REAL.	GRUPO DE FONTES DE FINANCIAMENTO				DATAS		BASE DE EX.	PAGAMENTOS										TOTAL PREVISÃO		
	Código	Ass.	Tipo	Número			DESIGNAÇÃO DO PROJETO	R.G.	R.P.	I.E.	EMPR.	Início		Fim	REALIZADOS EM PERÍODOS ANT.	ESTIM. REALIZ. PERÍODO 2020	2021 - (Financeiro - Dotado)	2021 - (Financeiro - N.º Inv.)	2021 - (TOTAL)	Períodos seguintes						
																				2022	2023	2024	2025		Outros	
																				[1]	[2]	[3]	[4]		[5]	[6]
1.					Funções gerais		174 200,00 €						62 675,06 €	174 200,00 €		174 200,00 €	33 236,28 €	9 800,00 €	12 400,00 €	12 400,00 €						304 411,34 €
2.					Funções sociais		2 912 351,80 €	2 335 353,08 €	746 858,17 €				1 611 803,87 €	6 034 763,03 €	1 322 000,00 €	7 336 763,03 €	4 915 300,00 €	4 251 641,00 €	2 759 600,00 €	1 887 100,00 €						22 762 207,92 €
3.					Funções económicas		2 096 527,50 €	3 043 742,50 €					2 480 035,62 €	5 940 265,00 €	1 441 000,00 €	7 381 265,00 €	3 820 700,00 €	3 808 700,00 €	1 816 841,00 €	2 229 341,00 €	600 000,00 €					18 136 886,62 €
4.					Outras funções		543 200,00 €	72 350,00 €					89 806,93 €	615 350,00 €	330 000,00 €	965 350,00 €	384 000,00 €	344 000,00 €	644 000,00 €	1 144 000,00 €						3 571 356,93 €
<b>TOTAL</b>							<b>0,00 €</b>	<b>5 746 279,30 €</b>	<b>6 231 645,26 €</b>	<b>746 858,17 €</b>			<b>0,00 €</b>	<b>4 244 121,48 €</b>	<b>12 744 782,03 €</b>	<b>3 113 000,00 €</b>	<b>15 857 782,03 €</b>	<b>7 153 236,28 €</b>	<b>6 411 841,00 €</b>	<b>5 232 841,00 €</b>	<b>5 272 841,00 €</b>	<b>600 000,00 €</b>				<b>44 774 962,81 €</b>

## II.2 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

### II.2.1 Análise ao Balanço

Em 2021 o ativo do Município de Montemor-o-Novo atingiu os 60.912.189,70 euros o que significa um aumento de 3.472.906,60 euros face ao ano anterior (5,7%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		50 087 254,68 €	47 784 564,09 €
Ativos intangíveis		380 600,51 €	516 645,48 €
Participações financeiras		552 727,00 €	552 727,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		9 488,80 €	- €
Diferimentos		1 270 985,58 €	1 468 273,99 €
		- €	- €
		<b>52 301 056,57 €</b>	<b>50 322 210,56 €</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		122 801,18 €	121 030,72 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		660 615,96 €	1 020 420,40 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		326 565,41 €	205 961,76 €
Outras contas a receber		1 992 119,52 €	2 261 299,20 €
Diferimentos		148 695,36 €	66 214,45 €
Caixa e depósitos		5 260 335,70 €	3 342 146,01 €
		<b>8 511 133,13</b>	<b>7 017 072,54</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>60 812 189,70</b>	<b>57 339 283,10</b>

Os ativos fixos tangíveis representam 82,4% do total do ativo, contra 83,3% em 2020, registando um crescimento líquido de 2.302.690,59 euros.

No exercício de 2021 não se registaram novos ajustamentos decorrentes da transição para o atual normativo contabilístico.

Os ativos intangíveis registaram uma redução de 136.044,97 euros no valor escriturado, reduzindo o seu peso na estrutura do ativo de 0,9% para 0,6%

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete um aumento de 21,3% relativamente a 2020, com efeitos particulares nas disponibilidades.

O saldo de disponibilidades, com um peso de 61,8% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

Em relação ao passivo, o Município de Montemor-o-Novo fechou o ano com um valor de 8.284.255,23 euros, sendo constituído em 15,2% por passivo não corrente e em 84,8% por passivo corrente.

RUBRICAS	DATA	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Passivo não corrente		
Provisões	642 415,72 €	660 000,00 €
Financiamentos obtidos	614 857,91 €	397 572,83 €
	<b>1 257 273,63 €</b>	<b>1 057 572,83 €</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 485 726,72 €	1 608 422,51 €
Fornecedores	244 839,28 €	320 177,41 €
Estado e outros entes públicos	94 390,51 €	92 766,15 €
Financiamentos obtidos	61 499,32 €	164 838,86 €
Fornecedores de investimentos	1 029 122,18 €	503 680,36 €
Outras contas a pagar	1 665 782,93 €	1 765 242,60 €
Diferimentos	2 445 620,66 €	3 569 898,20 €
	<b>7 026 981,60</b>	<b>8 025 026,09</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>8 284 255,23</b>	<b>9 082 598,92</b>

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve um decréscimo proveniente de 8,79% (menos 798.343,69 euros), que resulta essencialmente da variação na conta 2822 – diferimentos (menos 1.124.277,54 euros) inerentes a investimentos em ativos, que à data de relato se encontravam ainda em execução e que serão transferidos para o património líquido à medida que esses investimentos estejam concluídos e as condições do financiamento se encontrem satisfeitas, nomeadamente a Requalificação de espaços Exteriores, Acessos e Terreiros do Castelo, Requalificação da Rua de Aviz, Reabilitação do Mercado Municipal e da Rua Envolvente ao Mercado.

Relativamente ao valor de outras contas a pagar (1.665.782,93 euros) dizem respeito a acréscimos de gastos, com peso preponderante da rubrica de gastos com pessoal relativamente a férias e subsídio de férias, que representam 3% desta rúbrica do balanço.

Quanto aos financiamentos obtidos foi registado um decréscimo de 103.339,54 euros, correspondendo a mais 37%.

Mantém-se as provisões que foram constituídas para dar cobertura a processos judiciais em curso.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 52.527.937,47 euros, o que traduz num crescimento de (8,85%) relativamente ao ano anterior. A sua evolução em 2021, foi a seguinte:

RUBRICAS	DATA	
	31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido		
Património / Capital	99 506 607,49 €	99 506 607,49 €
Reservas	2 816 109,48 €	2 816 109,48 €
Resultados transitados	- 63 511 095,80 €	- 63 752 062,40 €
Outras variações no património líquido	13 526 191,60 €	9 445 063,01 €
Resultado líquido do período	190 121,70 €	240 966,60 €
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>52 527 934,47 €</b>	<b>48 256 684,18 €</b>

## II.2.2 Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

O resultado líquido de 2021 é positivo em 190.121,70 euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelas depreciações no montante de 2.761.325,41 euros.

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	3 174 218,79 €	3 097 839,50 €
Vendas	13/21	+	986 590,02 €	817 996,86 €
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	2 414 203,13 €	2 275 261,94 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-		
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	11 897 805,77 €	10 731 862,14 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-48 688,12 €	-49 977,33 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-5 565 107,75 €	-4 940 991,87 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-7 214 094,42 €	-7 272 358,55 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-3 250 946,62 €	-2 278 805,56 €
Prestações sociais	22/25	-	-6 960,19 €	-9 096,55 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/ reversões)	9/10.	+/-	9 230,48 €	-172,69 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	9	+/-	8 212,40 €	196,40 €
Provisões (aumentos/ reduções)		+/-		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		+/-		
Aumentos/ reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	21	+	1 063 287,83 €	835 570,68 €
Outros gastos e perdas	22	-	-499 852,97 €	-217 497,14 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>			<b>2 967 898,35 €</b>	<b>2 989 827,83 €</b>
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	26	+/-	-2 761 325,41 €	-2 758 908,56 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		+/-		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>			<b>206 572,94 €</b>	<b>230 919,27 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21	+	0,00 €	15 353,52 €
Juros e gastos similares suportados	22	-	-16 451,24 €	-5 306,19 €
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>190 121,70 €</b>	<b>240 966,60 €</b>
Imposto sobre o rendimento				
<b>Resultado líquido do período</b>			<b>190 121,70 €</b>	<b>240 966,60 €</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

Efetuada uma análise aos gastos de 2021, podemos verificar que o maior impacto foi registado quer no aumento das transferências e subsídios concedidos (972.141,06 euros), bem como nos fornecimentos e serviços externos que foi de 624.115,88 euros, e ainda nos outros gastos e perdas com uma amplitude de 282.355,83 euros, mas em contrapartida ocorreu um decréscimo de 58.264,13 euros nos gastos com pessoal.

No exercício de 2021 ao CMVMC registou uma variação negativa de forma pouco significativa relativamente ao exercício anterior.

Na análise aos rendimentos de 2021, embora se identifique um aumento em todas as rubricas, podemos destacar o impacto mais significativo ocorrido pelas transferências e subsídios obtidos especificamente pelas transferências do OE.

### II.2.3 Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	Ano de 2021			Ano de 2020		
Autonomia Financeira	Património Líquido/ Ativo	52 527 934,47 €	60 812 189,70 €	0,86 €	48 256 684,18 €	57 339 283,10 €	0,84
Solvabilidade	Património Líquido/ Passivo	52 527 934,47 €	8 284 255,23 €	6,34 €	48 256 684,18 €	9 082 598,92 €	5,31
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	8 511 133,13 €	7 026 981,60 €	1,21 €	7 017 072,54 €	8 025 026,09 €	0,87
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - Inventário/ Passivo Corrente	8 388 331,95 €	7 026 981,60 €	1,19 €	6 896 041,82 €	8 025 026,09 €	0,86
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	5 260 335,70 €	7 026 981,60 €	0,75 €	3 342 146,01 €	8 025 026,09 €	0,42
Rendimentos do Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	190 121,70 €	52 527 934,47 €	0,00 €	240 966,60 €	48 256 684,18 €	0,00

### II.2.4 Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o Município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2021 do Município de Montemor-o-Novo face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2021, não excede o limite de endividamento:

Nota: o quadro abaixo não considera o impacto no endividamento das Associações de Municípios, empresas Municipais e Serviços Municipalizados, já que na presente data os respetivos valores relativos às suas contas não são conhecidos pelo Município.

Capacidade de Endividamento			
Receita corrente		01/01/2021	31/12/2021
2021	17 970 851,80 €		17 970 851,80 €
2020	16 816 861,62 €	16 816 861,62 €	16 816 861,62 €
2019	17 218 228,67 €	17 218 228,67 €	17 218 228,67 €
2018	16 264 378,80 €	16 264 378,80 €	
Média		16 766 489,70 €	17 335 314,03 €
Limite		25 149 734,55 €	26 002 971,05 €
<b>Passivo</b>			
20.2		1 608 422,51 €	1 485 726,72 €
21.8		- €	- €
22.1		175 704,55 €	143 314,39 €
22.2		- €	- €
22.5		144 472,86 €	101 524,89 €
22.6		- €	- €
23.		- €	- €
24.2		44 160,14 €	45 185,04 €
24.3		7 437,78 €	3 666,80 €
24.4		- €	- €
24.5		41 168,23 €	45 538,67 €
25.		562 411,69 €	676 357,23 €
27.1		503 680,36 €	1 029 122,18 €
27.5		- €	- €
27.6		- €	- €
27.7	27.7.2	2 399 708,32 €	237 370,14 €
27.8.5		- €	- €
27.8.9.2		29 968,92 €	13 852,95 €
Soma		5 517 135,36 €	3 781 659,01 €
Operações Tesouraria		264 874,52 €	237 506,60 €
Excecionado		- €	- €
Endividamento		<b>5 252 260,84 €</b>	<b>3 544 152,41 €</b>
Margem	01/01/2021	19 897 473,71 €	
Margem Disponível	01/01/2021	3 979 494,74 €	
Margem Disponível	31/12/2021		5 687 603,17 €
Margem para 2022			22 458 818,64 €
Margem Disponível	01/01/2022		4 491 763,73 €
		31,3%	20,4%

Da análise do quadro acima constata-se que o endividamento do município passou do índice 31,3% para o índice de 20,4% face à média da receita corrente registada no triénio de 2018-2020.

### **III PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propõe-se que o resultado líquido do exercício, no montante de 190.121,70 euros, seja transferido para resultados transitados.

## IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### IV.1 Balanço

RUBRICAS	DATA	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	50 087 254,68 €	47 784 564,09 €
Ativos intangíveis	380 600,51 €	516 645,48 €
Participações financeiras	552 727,00 €	552 727,00 €
	9 488,80	-
Clientes, contribuintes e utentes	€	€
Diferimentos	1 270 985,58 €	1 468 273,99 €
	-	-
	€	€
	<b>52 301 056,57 €</b>	<b>50 322 210,56 €</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	122 801,18 €	121 030,72 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	660 615,96 €	1 020 420,40 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Clientes, contribuintes e utentes	326 565,41 €	205 961,76 €
Outras contas a receber	1 992 119,52 €	2 261 299,20 €
Diferimentos	148 695,36 €	66 214,45 €
Caixa e depósitos	5 260 335,70 €	3 342 146,01 €
	<b>8 511 133,13</b>	<b>7 017 072,54</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>60 812 189,70</b>	<b>57 339 283,10</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património Líquido		
Património/Capital	99 506 607,49 €	99 506 607,49 €
Reservas	2 816 109,48 €	2 816 109,48 €
Resultados transitados	- 63 511 095,80 €	- 63 752 062,40 €
Outras variações no património líquido	13 526 191,60 €	9 445 063,01 €
Resultado líquido do período	190 121,70 €	240 966,60 €
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>52 527 934,47 €</b>	<b>48 256 684,18 €</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Passivo não corrente		
Provisões	642 415,72 €	660 000,00 €
Financiamentos obtidos	614 857,91 €	397 572,83 €
	<b>1 257 273,63 €</b>	<b>1 057 572,83 €</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 485 726,72 €	1 608 422,51 €
Fornecedores	244 839,28 €	320 177,41 €
Estado e outros entes públicos	94 390,51 €	92 766,15 €
Financiamentos obtidos	61 499,32 €	164 838,86 €
Fornecedores de investimentos	1 029 122,18 €	503 680,36 €
Outras contas a pagar	1 665 782,93 €	1 765 242,60 €
Diferimentos	2 445 620,66 €	3 569 898,20 €
	<b>7 026 981,60</b>	<b>8 025 026,09</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>8 284 255,23</b>	<b>9 082 598,92</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>60 812 189,70</b>	<b>57 339 283,10</b>

## IV.2 Demonstração de Resultados por Natureza

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	3 174 218,79 €	3 097 839,50 €
Vendas	13/21	+	986 590,02 €	817 996,86 €
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	2 414 203,13 €	2 275 261,94 €
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-		
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	11 897 805,77 €	10 731 862,14 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-48 688,12 €	-49 977,33 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-5 565 107,75 €	-4 940 991,87 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-7 214 094,42 €	-7 272 358,55 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-3 250 946,62 €	-2 278 805,56 €
Prestações sociais	22/25	-	-6 960,19 €	-9 096,55 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/ reversões)	9/10.	+/-	9 230,48 €	-172,69 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	9	+/-	8 212,40 €	196,40 €
Provisões (aumentos/ reduções)		+/-		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		+/-		
Aumentos/ reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	21	+	1 063 287,83 €	835 570,68 €
Outros gastos e perdas	22	-	-499 852,97 €	-217 497,14 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>			<b>2 967 898,35 €</b>	<b>2 989 827,83 €</b>
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	26	+/-	-2 761 325,41 €	-2 758 908,56 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		+/-		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>			<b>206 572,94 €</b>	<b>230 919,27 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21	+	0,00 €	15 353,52 €
Juros e gastos similares suportados	22	-	-16 451,24 €	-5 306,19 €
<b>Resultado antes de impostos</b>			<b>190 121,70 €</b>	<b>240 966,60 €</b>
Imposto sobre o rendimento				
<b>Resultado líquido do período</b>			<b>190 121,70 €</b>	<b>240 966,60 €</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

### IV.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	Períodos		
		31/12/2021	31/12/2020	
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes	+	3 025 883,56	2 932 975,94	
Recebimento de contribuintes	+	3 245 691,11	2 878 930,13	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		11 283 621,15	10 705 822,67	
Recebimento de utentes	+	145 346,02	208 275,16	
Pagamentos a fornecedores	-	-5 141 032,86	(4 788 858,63)	
Pagamentos ao pessoal	-	-7 229 752,80	(7 135 377,93)	
Pagamentos de transferências e subsídios	-	-2 998 981,24	(2 498 612,19)	
Pagamentos de prestações sociais	-	-135 119,26	(174 657,98)	
Caixa gerada pelas operações	+/-	2 195 655,68	2 128 497,17	
Outros recebimentos / pagamentos	+	-400 747,38	(179 310,32)	
	-			
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>	<b>(a)</b>	<b>+/-</b>	<b>1 794 908,30</b>	<b>1 949 186,85</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Activos fixos tangíveis	-	-4 370 754,48	(5 140 864,63)	
Activos intangíveis	-	-112 717,20	(223 727,30)	
Propriedades de investimento				
Investimentos financeiros	-	0,00	(30 707,00)	
Outros ativos	-			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Activos fixos tangíveis	+			
Activos intangíveis	+			
Propriedades de investimento	+	84 594	28 056	
Investimentos financeiros	+			
Outros activos	+	990 122	1 731 754	
Subsídios ao investimento	+	3 432 518	2 682 464	
Transferências de capital	+			
Juros e rendimentos similares	+			
Dividendos	+			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>	<b>(b)</b>	<b>+/-</b>	<b>23 762,60</b>	<b>-953 024,89</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos	+	278 784,40	90 076,16	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	+			
Cobertura de prejuizos	+			
Doações	+			
Outras operações de financiamento	+	1 012,40	16 980,70	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos	-	-164 838,86	(234 820,69)	
Juros e gastos similares	-	-15 439,15	(4 810,25)	
Dividendos	-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-			
Outras operações de financiamento	-			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>	<b>(c)</b>		<b>99 518,79</b>	<b>-132 574,08</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(a)+(b)+(c)</b>		<b>1 918 189,69</b>	<b>863 587,88</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>+/-</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>+/-</b>	<b>3 342 146,01</b>	<b>2 478 558,13</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>+/-</b>	<b>5 260 335,70</b>	<b>3 342 146,01</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>				
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			<b>3 342 146,01</b>	<b>2 478 558,13</b>
- Equivalentes a caixa no início do período				
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior			<b>3 342 146,01</b>	<b>2 478 558,13</b>
De execução orçamental			3 077 271	2 104 231
De operações de tesouraria			264 875	374 328
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			<b>5 260 335,70</b>	<b>3 342 146,01</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período				
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo da gerência seguinte			5 260 335,70	3 342 146,01
De execução orçamental			5 022 829,10	3 077 271,49
De operações de tesouraria			237 506,60	264 874,52

## IV.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamento s em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	(1)	99 506 607,49		2 816 109,48			(61 752 062,40)			9 445 063,01	240 966,60	48 256 684,18	48 256 684,18
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>													
Primera adoção de novo referencial contabilístico													0,00
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Diferença de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Realização do excedente de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Excedentes de revalorizações e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Transferências e subsídios de capital										2 292 924,00 €		2 292 924,00	2 292 924,00
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 788 204,59 €		1 788 204,59	1 788 204,59
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							240 966,60 €			- €	240 966,60 €	- €	(445 963,46)
	(2)	- €	- €	- €	- €	- €	240 966,60 €	- €	- €	4 081 128,59 €	- 240 966,60 €	4 081 128,59 €	3 635 265,13 €
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	(3)	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	190 121,70	190 121,70	190 121,70
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	(4) = (2) + (3)										(50 844,90)	4 271 250,29	3 825 386,83
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>													
Realizações de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
	(5)												
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	99 506 607,49		2 816 109,48	0,00	0,00	(61 511 095,80)	0,00		13 526 191,60	190 121,70	52 527 934,47	52 527 934,47

## V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### IV.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

#### IV.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

**Designação:** Município de Montemor-o-Novo

**Endereço:** Largo Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo

**NIF:** 506 609 553

#### IV.1.2 RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Montemor-o-Novo a 31 de dezembro de 2021, totaliza 374.

### IV.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

As demonstrações financeiras da entidade incluem a comparabilidade entre exercícios, não tendo a entidade recorrido à IPSAS 33 por se concluir que no segundo ano de aplicação do normativo não surgiram novas situações que necessitassem de aplicação de requisitos de transição.

### IV.3 RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A desagregação dos valores inscritos na Rubrica de caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2021, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	Designação	31/12/2021	31/12/2020
11.	Caixa	6 530,52 €	5 425,62 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	3 823 671,07 €	2 728 664,27 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	1 195 163,97 €	365 473,75 €
13.3	Depósitos de garantias e cações	234 970,14 €	242 582,37 €
<b>TOTAL</b>		<b>5 260 335,70 €</b>	<b>3 342 146,01 €</b>

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC		
Designação	31/12/2021	31/12/2020
- Execução orçamental	5 022 829,10	3 077 271,49
- Operações de tesouraria	237 506,60	264 874,52
<b>Saldo da gerência</b>	<b>5 260 335,70 €</b>	<b>3 342 146,01 €</b>

#### **IV.4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

##### **IV.4.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Montemor-o-Novo, apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

##### **IV.4.2 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

###### **IV.4.2.1 Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Montemor-o-Novo benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

#### **IV.4.2.2 Propriedades de investimento**

Se existentes as propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

#### **IV.4.2.3 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

#### **IV.4.2.4 Acordos de concessão de serviços: Concedente**

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de Montemor-o-Novo controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Na situação do Município de Montemor-o-Novo encontram-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à E-Redes. Porém, embora solicitada a devida informação ao concessionário da rede elétrica em baixa e iluminação pública (E-Redes) a informação necessária para o reconhecimento dos ativos em concessão não é ainda do conhecimento do município em conformidade com a NCP 4, pelo que ao abrigo da IPSSAS 33 o seu reconhecimento e ajustamento será assumido no exercício de 2022.

#### **IV.4.2.5 Locações**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

#### **IV.4.2.6 Participações financeiras**

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora

na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No Município de Montemor-o-Novo não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

#### **IV.4.2.7 Imparidade de ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

#### **IV.4.2.8 Inventários**

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do

período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

#### **IV.4.2.9 Instrumentos Financeiros**

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

– Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar; Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foram solicitados pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

#### **IV.4.2.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação,

ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

#### **IV.4.2.11 - Regime do Acréscimo**

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Montemor-o-Novo, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14. Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- **Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

#### **IV.4.2.12 - Julgamentos e estimativas**

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do Município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o Município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

#### **IV.4.2.13 - Principais pressupostos relativos ao futuro**

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo as demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### **IV.4.2.14 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros**

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o Município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, conseqüentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

## IV 5 - NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

#### 3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

##### a. Bases de mensuração

No exercício de 2021 não se verificou qualquer variação no ativo bruto dos ativos intangíveis, o que significa que não se registaram quer adições, quer diminuições.

##### b. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas úteis estimativas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

##### c. Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes em regime duodecimal. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 7.599,76 euros.

##### d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 o valor escriturado passou de 516.645,48 euros para 380.600,51 euros.

Seguem-se os quadros à nota 3 com a discriminação dos respetivos valores:

Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas									
Rubricas	Início do Período				Fim do Período				
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade e acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade e acumuladas	Quantia Escriturada	
440	Ativos intangíveis de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
441	Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
442	Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
443	Programas de computador e sistemas de informação	586 312,54 €	573 656,63 €	0,00 €	12 655,91 €	628 181,74 €	581 256,39 €	0,00 €	46 925,35 €
444	Propriedade industrial e intelectual	16 540,43 €	0,00 €	0,00 €	16 540,43 €	16 540,43 €	0,00 €	0,00 €	16 540,43 €
446	Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
454	Ativos intangíveis em curso	487 449,14 €	0,00 €	0,00 €	487 449,14 €	317 134,73 €	0,00 €	0,00 €	317 134,73 €
<b>TOTAL</b>		<b>1 090 302,11 €</b>	<b>573 656,63 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>516 645,48 €</b>	<b>961 856,90 €</b>	<b>581 256,39 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>380 600,51 €</b>

Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período									
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições		
440	Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Programas de computador e sistemas de informação	12 655,91	41 869,20	0,00	0,00	0,00	-7 599,76	0,00	46 925,35
444	Propriedade industrial e intelectual	16 540,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 540,43
446	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454	Ativos intangíveis em curso	487 449,14	88 588,29	-258 902,70	0,00	0,00	0,00	0,00	317 134,73
<b>TOTAL</b>		<b>516 645,48</b>	<b>130 457,49</b>	<b>-258 902,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-7 599,76</b>	<b>0,00</b>	<b>380 600,51</b>

Q 3.2A - AI - desagregação das adições											
Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras		
440	Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Programas de computador e sistemas de informação	0,00	41 869,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		41 869,20
444	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454	Ativos intangíveis em curso	0,00	88 588,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88 588,29
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>130 457,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130 457,49</b>

#### NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Montemor-o-Novo.

Pela exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente.

O respetivo ativo não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras por não ser conhecidos os respetivos valores.

#### NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

##### 5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

###### a. Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

## b. Método de depreciação

O método de depreciação utilizado é o método da linha reta.

## c. As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas uteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificador complementar 2 do SNC-AP.

## d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas								
Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	692 689,38	0,00	0,00	692 689,38	692 689,38 €	- €	0,00	692 689,38
Edifícios e outras construções	1 683 143,48	987 514,65	0,00	695 628,83	1 683 143,48 €	1 027 272,86 €	0,00	655 870,62
Infraestruturas	78 172 431,10	68 111 322,15	0,00	10 061 108,95	79 052 588,81 €	67 950 965,00 €	0,00	11 101 623,81
Património histórico, artístico e cultural	69 759,21	0,00	0,00	69 759,21	69 759,21 €	- €	0,00	69 759,21
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	- €	- €	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	3 527 940,36 €	- €	0,00	3 527 940,36
	<b>80 618 023,17</b>	<b>69 098 836,80</b>	<b>0,00</b>	<b>11 519 186,37</b>	<b>85 026 121,24</b>	<b>68 978 237,86</b>	<b>0,00</b>	<b>16 047 883,38</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	2 422 050,10	1 340 629,28	0,00	1 081 420,82
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 422 050,10</b>	<b>1 340 629,28</b>	<b>0,00</b>	<b>1 081 420,82</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	14 730 959,84	0,00	0,00	14 730 959,84	14 730 959,84	0,00	0,00	14 730 959,84
Edifícios e outras construções	33 148 238,36	19 171 190,74	0,00	13 977 047,62	33 988 539,83	20 191 317,04	0,00	13 797 222,79
Equipamento básico	2 720 595,84	2 275 446,24	0,00	445 149,60	3 069 423,47	2 394 170,48	0,00	675 252,99
Equipamento de transporte	3 619 476,09	2 469 861,80	0,00	1 149 614,29	3 619 476,09	2 704 308,49	0,00	915 167,60
Equipamento administrativo	1 111 845,68	905 177,52	0,00	206 668,16	1 179 935,12	981 163,43	0,00	198 771,69
Equipamento biológicos	19 459,65	14 806,27	0,00	4 653,38	19 459,65	19 459,65	0,00	0,00
Outros	1 794 991,93	1 436 355,16	0,00	358 636,77	1 824 957,18	1 495 118,48	0,00	329 838,70
Ativos fixos tangíveis em curso	5 392 648,06	0,00	0,00	5 392 648,06	2 310 736,87	0,00	0,00	2 310 736,87
	<b>62 538 215,45</b>	<b>26 272 837,73</b>	<b>0,00</b>	<b>36 265 377,72</b>	<b>60 743 488,05</b>	<b>27 785 537,57</b>	<b>0,00</b>	<b>32 957 950,48</b>
<b>TOTAL</b>	<b>143 156 238,62</b>	<b>95 371 674,53</b>	<b>0,00</b>	<b>47 784 564,09</b>	<b>148 191 659,39</b>	<b>98 104 404,71</b>	<b>0,00</b>	<b>50 087 254,68</b>

Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período								
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações					Diminuições	Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período		
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	692 689,38 €							692 689,38 €
Edifícios e outras construções	695 628,83 €					-39 758,21 €		655 870,62 €
Infraestruturas	10 061 108,95 €	42 554,79 €	3 259 653,02 €			-1 180 272,13 €		12 183 044,63 €
Património histórico, artístico e cultural	69 759,21 €							69 759,21 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>11 519 186,37 €</b>	<b>42 554,79 €</b>	<b>3 259 653,02 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-1 220 030,34 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>13 601 363,84 €</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	14 730 959,84 €							14 730 959,84 €
Edifícios e outras construções	13 977 047,62 €	3 981,25 €	809 428,22 €			-1 020 126,30 €		13 770 330,79 €
Equipamento básico	445 149,60 €	139 726,25 €	219 099,54 €			-118 724,24 €	-9 998,16 €	675 252,99 €
Equipamento de transporte	1 149 614,29 €					-234 446,69 €		915 167,60 €
Equipamento administrativo	206 668,16 €	78 029,50 €				-75 985,91 €	-9 940,06 €	198 771,69 €
Equipamentos biológicos	4 653,38 €					-4 653,38 €		
Outros	358 636,77 €	31 109,38 €				-58 763,32 €	-1 144,13 €	329 838,70 €
Ativos fixos tangíveis em curso	5 392 648,06 €	4 656 421,30 €	-4 183 500,13 €					5 865 569,23 €
	<b>36 265 377,72 €</b>	<b>4 909 267,68 €</b>	<b>-3 154 972,37 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-1 512 699,84 €</b>	<b>-21 082,35 €</b>	<b>36 485 890,84 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>47 784 564,09 €</b>	<b>4 951 822,47 €</b>	<b>104 680,65 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-2 732 730,18 €</b>	<b>-21 082,35 €</b>	<b>50 087 254,68 €</b>

Q 5.2A - AFT - desagregação das adições												
Rubricas	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras		
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>												
Terrenos e recursos naturais												0,00
Edifícios e outras construções												0,00
Infraestruturas		41 504,85									1 049,94	42 554,79
Património histórico, artístico e cultural												0,00
Outros												0,00
Bens de domínio público em curso		0,00 €										0,00
	<b>0,00</b>	<b>41 504,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 049,94</b>	<b>42 554,79</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>												
Terrenos e recursos naturais												0,00
Edifícios e outras construções												0,00
Infraestruturas		0,00										0,00
Património histórico, artístico e cultural												0,00
Ativos fixos em concessão em curso												0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>												
Terrenos e recursos naturais												0,00
Edifícios e outras construções											3 981,25	3 981,25
Equipamento básico		1 397 26,25										1 397 26,25
Equipamento de transporte												0,00
Equipamento administrativo		78 029,50										78 029,50
Equipamentos biológicos												0,00
Outros		31 109,38										31 109,38
Ativos fixos tangíveis em curso		4 656 421,30										4 656 421,30
	<b>0,00</b>	<b>4 905 286,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 981,25</b>	<b>4 909 267,68</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>4 946 791,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 031,19</b>	<b>4 951 822,47</b>

Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições						
Rubricas	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativos fixos em concessão</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico		0,00	0,00	0,00	-9 998,16	-9 998,16
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 940,06	-9 940,06
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 144,13	-1 144,13
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-21 082,35</b>	<b>-21 082,35</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-21 082,35</b>	<b>-21 082,35</b>

**Q 5.6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO**

Conta	Designação	Valor
4301	Terrenos	
4302	Edifícios e outras construções	272 343,64 €
4303	Infraestruturas do domínio público	44 822 352,62 €
432	Edifícios e outras construções	6 140 594,06 €
433	Equipamento básico	1 882 757,42 €
434	Equipamento de transporte	1 492 356,55 €
435	Equipamento administrativo	744 206,44 €
436	Equipamento biológico	19 459,65 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	1 267 184,73 €
	<b>TOTAL</b>	<b>56 641 255,11 €</b>

**Q 5.6 - ATIVOS INTANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO**

Conta	Designação	Valor
44.3	Programas de computador e sistemas de informação	562 358,28 €
44.4	Propriedade industrial e intelectual	
	<b>TOTAL</b>	<b>562 358,28 €</b>

Valor escriturado e bens totalmente depreciado e em uso é de 56.641.255,11 euros. Trata-se predominantemente de infraestruturas e de equipamento básico.

## Nota 6 – Locações

### 6.1 – Locações financeiras – Locatário

O Município não detém locações financeiras como locatário.

### 6.2 – Locações operacionais – Locatário

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Período		Acumulado		
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	
Equipamento multifunções	230 372,02 €	87 934,65 €		87 934,65 €		142 437,37 €		230 372,02 €		

## Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

### a. Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

### b. Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2021 o município tinha 3 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos.

De acordo com o quadro dos respetivos contratos o município irá liquidar esses empréstimos até ao final de 2029, num quadro de encargos plurianuais relativos a amortizações conforme quadros seguintes:

Financiamentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	61 499,32 €	614 857,91 €	676 357,23 €	164 838,86 €	397 572,83 €	562 411,69 €
- CGD	61 499,32 €	614 857,91 €	676 357,23 €	164 838,86 €	397 572,83 €	562 411,69 €
<b>TOTAL</b>	<b>61 499,32 €</b>	<b>614 857,91 €</b>	<b>676 357,23 €</b>	<b>164 838,86 €</b>	<b>397 572,83 €</b>	<b>562 411,69 €</b>

ANOS	CGD
2022	89 873,20
2023	89 873,20
2024	89 873,20
2025	89 873,20
2026	89 873,20
2027	28 373,88
2028	28 373,88
2029	28 373,88
2030	28 373,88
2031	28 373,88
2032	28 373,88
2033	28 373,88
2034	28 374,07
<b>Totais</b>	<b>676 357,23</b>

Segue-se o mapa de empréstimos:

Mapa de empréstimos

Município de Montemor-o-Novo																															
Período de relato: 01-01-2021 a 31-12-2021																															
Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Número de registo	Data do empréstimo	Finalidade	Capital		Pagamentos efetuados									Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações realizadas de capital		Fundamento legal				
	Número do contrato	Nome da instituição							Contratado ID 995	Utilizado	Amortizações do capital			Juros			Outros encargos			Capital ID 903289	Juros ID 903290	Outros encargos ID 903291	Em 01/1	Em 31/12	Empréstimos contratados até 31/12/2013	Empréstimos contratados após 01/01/2014					
											Ata N	Ano N	Previstos após N	Ata N	Ano N	Previstos após N	Ata N	Ano N	Previstos após N												
Médio e Longo Prazo - Não Isentos	50005064991	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	2006-01-20	15	15	1912	2006-02-07	N	1300000	1300000	196660,46	103339,5	0	426677,95	0	0	16,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33009,64	0	91633	0	LEI Nº73/2013 DE 03 DE SETEMBRO
	50008222291	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	2016-01-17	10	5	160015	2016-02-19	N	125007,7	49894,63	122998,64	61499,32	307496,67	190814,5	2409,76	7299,98	0	0	0	0	0	0	0	0	0	368995,99	307496,67	0	4989,5	LEI Nº73/2013 DE 03 DE SETEMBRO	
	50040045091	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	2019-11-26	15	1	398619	2020-11-10	N	193614	368860,56	0	0	368860,56	0	628,13	53622,08	0	0	124,5	0	0	0	0	0	0	90076,16	368860,56	0	7970,76	LEI Nº 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO	
Total									37466217	250850,19	196660,46	164838,9	676307,23	445796,61	3037,89	60882,06	16,6	0	124,5	0	0	0	0	0	769090,79	676357,23	91633	12890,71			

## NOTA 9 - IMPARIDADE DE ATIVOS

### Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2021			
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Depreciações Acumuladas	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	660 615,96 €	- €		660 615,96 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	12 613,75 €	12 613,75 €		- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	644 855,07 €	308 800,86 €		336 054,21 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	1 992 119,52 €			1 992 119,52 €
Mercadorias	Gerador de caixa	- €	- €		- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	189 522,38 €	66 721,20 €		122 801,18 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	552 727,00 €			552 727,00 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €			
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	148 191 659,39 €		98 104 404,71 €	50 087 254,68 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	961 856,90 €		581 256,39 €	380 600,51 €

## NOTA 10 - INVENTÁRIOS

### a. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se mensuradas pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo município é o Custo Médio Ponderado.

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2021 é a seguinte:

### b. Quantia bruta e líquida do período

### Q10.1 - Inventários

Rubricas	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	189 522,38 €	66 721,20 €	122 801,18 €	196 982,40 €	75 951,68 €	121 030,72 €
Matérias-primas	17 846,29 €	0,00 €	17 846,29 €	25 023,20 €	0,00 €	25 023,20 €
Matérias subsidiárias	15 332,65 €	0,00 €	15 332,65 €	12 028,58 €	0,00 €	12 028,58 €
Peças e outros materiais de manutenção	10 063,87 €	0,00 €	10 063,87 €	10 484,13 €	0,00 €	10 484,13 €
0	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros materiais diversos de consumo	146 279,57 €	0,00 €	146 279,57 €	149 446,49 €	0,00 €	149 446,49 €
<b>TOTAL</b>	<b>189 522,38</b>	<b>66 721,20</b>	<b>122 801,18</b>	<b>196 982,40</b>	<b>75 951,68</b>	<b>121 030,72</b>

### Q10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00						0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	121 030,72	39 219,39	48 688,12		55,81	9 230,48		2 064,52	122 801,18
<b>TOTAL</b>	<b>121 030,72</b>	<b>39 219,39</b>	<b>48 688,12</b>	<b>0,00</b>	<b>55,81</b>	<b>9 230,48</b>	<b>0,00</b>	<b>2 064,52</b>	<b>122 801,18</b>

Durante o exercício registou-se um aumento da quantia recuperável nos inventários no valor de 1.770,46 euros.

### INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

	2021			2020		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	0,00	196 982,40	196 982,40	0,00	190 910,71	190 910,71
Compras	0,00	39 219,39	39 219,39	0,00	55 965,94	55 965,94
Regularização de existências	0,00	2 008,71	2 008,71	0,00	83,08	83,08
Existências finais	0,00	189 522,38	189 522,38	0,00	196 982,40	196 982,40
<b>Custo das merc.vend.mat.consumidas</b>	<b>0,00</b>	<b>48 688,12</b>	<b>48 688,12</b>	<b>0,00</b>	<b>49 977,33</b>	<b>49 977,33</b>

O quadro acima evidencia o detalhe o CMVMC, verificando-se significativa ligeira redução no respetivo custo.

### NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

- Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

b. A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período é a seguinte

**Q13.1 - Rendimento de transações com contraprestação**

	31/12/2021	31/12/2020
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	2 414 203,13	2 275 261,94
Venda de bens	986 590,02	817 996,86
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	0,00	15 353,52
Rendas em propriedades de investimento	136 594,59	33 522,27
<b>TOTAL</b>	<b>3 537 387,74</b>	<b>3 142 134,59</b>

Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 5,4% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

**NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO**

a. Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 2822.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Q14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação										
Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2021					31/12/2020				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	1 617 018,23 €		- €	- €		1 837 526,10		0,00	0,00	
Impostos indiretos	377 018,23 €		987,57 €	1 731,82 €		1 025 344,28		0,00	987,57	
Taxas	187 352,27 €		25 261,07 €	45 604,83 €		229 849,66		1 195,66	25 261,07	
Multas e outras penalidades	7 885,76 €		- €	- €		5 119,46		0,00	0,00	
Transferências sem condição	11 897 805,77 €	4 113 969,02 €	- €	- €		10 731 862,14	3 082 714,00	0,00	0,00	
Transferências com condição		1 503 106,63 €	1 020 420,40 €	660 615,96 €			3 157 537,20	34 457,15	1 020 420,40	
Legados, ofertas e doações		- €					0,00			
Outros	- €									
<b>TOTAL</b>	<b>14 087 080,26 €</b>	<b>5 617 075,65 €</b>	<b>1 046 669,04 €</b>	<b>707 952,61 €</b>	<b>0,00</b>	<b>13 829 701,64</b>	<b>6 240 251,20</b>	<b>35 652,81</b>	<b>1 046 669,04</b>	<b>0,00</b>

#### NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi considerado adequado a provisão para os processos judiciais em curso.

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No município de Montemor-o-Novo a provisão é a já indicada e relaciona-se com o processo judicial em curso

Q15.1 - Provisões										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
<b>Provisões</b>										
Processos judiciais em curso	660 000,00	0,00	42 827,12	0,00	42 827,12	0,00	60 411,40	0,00	60 411,40	642 415,72
<b>TOTAL</b>	<b>660 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>42 827,12</b>	<b>0,00</b>	<b>42 827,12</b>	<b>0,00</b>	<b>60 411,40</b>	<b>0,00</b>	<b>60 411,40</b>	<b>642 415,72</b>

## PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Q15.2 - Passivos Contingentes				
N.º	Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações
411/16.T9EVR	Comarca de Évora - Juízo Central Cível e Criminal de Évora - J1	Custódio Manuel Pinto Quintal	277 860,00	Fase e execução da Sentença
Proc. n.º 467/08.9BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Construções Aquino e Rodrigues, S.A.	26 681,28	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 346/08.0BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	João Batista de Carvalho Reis Malta	971 975,00	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 251/13.8BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Maria Teresa Mira de Almeida Faria de Sousa Mendes	302 057,09	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 445/13.6BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Tecnovia – Sociedade de Empregadas, S.A.	169 752,00	Ação Administrativa
Proc. n.º 568/18.5BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Ministério Público	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 550/18.2BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Sociedade Agrícola da Herdade da Sexta Velha, Ldª	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 547/18.2BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	IMATLÁNTICO – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, Ldª	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 642/16.2BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Icblock, Sociedade de Construções, S.A.	4 055,99	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 333/17.7BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ldª	34 560,77	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 300/13.0BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Tecnovia – Sociedade de Empregadas, S.A.	1 302 406,31	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 424/18.7BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 29/21.5BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Hans – Jorg Bohm	15 000,00	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 102/21.5BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	2 730,13	
			3 227 078,61	

## NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

## Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.						
		1431.						
		41. Se MEP						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/ transf.sub.emp.bonif.						
		201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	660 615,96	-	660 615,96	1 020 420,40	1 020 420,40	
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	12 613,75	12 613,75	-	13 626,15	13 626,15	
		Clientes, contribuintes e utentes						
		211 - Clientes c/c	197 916,05		197 916,05	88 895,19	88 895,19	
		213 - Contribuintes	1 887,34		1 887,34	1 159,51	1 159,51	
		214 - Utentes	45 604,83		45 604,83	25 261,07	25 261,07	
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	399 446,85	308 800,86	90 645,99	399 446,85	308 800,86	
		Outros ativos						
		23802 + 23822 - Pessoal	-		-	-	-	
		24 - Estado e out.ent.públicos	-		-	-	-	
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	1 712 092,42		1 712 092,42	1 842 857,30	1 842 857,30	
		228 + 2713 - Adiantamentos a fornecedores	-		-	-	-	
		2772 ; 27891 - Devedores diversos (-) 2791 Perdas o/Imparidades: 27811	559 056,20	279 029,10	280 027,10	704 671,00	286 229,10	
		11.+12.+13. - Outros ativos financeiros	5 260 335,70		5 260 335,70	3 342 146,01	3 342 146,01	
		41 Participações financeiras	552 727,00		552 727,00	552 727,00	552 727,00	
			Subtotais	9 402 296,10	600 443,71	8 801 852,39	7 991 210,48	608 656,11
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo	...						
		Subtotais						
		Totais	9 402 296,10	600 443,71	8 801 852,39	7 991 210,48	608 656,11	

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo corrente</b>		
<b>Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)</b>	<b>1 712 092,42</b>	<b>1 842 857,30</b>
- Devedores por acréscimos de rendimentos	1 712 092,42	1 842 857,30
- Juros a receber e outros rendimentos financeiros	0,00	0,00
- Outros acréscimos de rendimentos	252 452,49	127 943,54
- Impostos e taxas imputados ao período - IMI	1 240 000,00	999 198,92
Operações financeiras	219 639,93	715 714,84
<b>Outros devedores</b>	<b>280 027,10</b>	<b>418 441,90</b>
Devedores por alienação de ativos fixos	0,00	0,00
Outros devedores	280 027,10	418 441,90
Cauções - Entregues a terceiros		0,00
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Devedores por empréstimos não bonificados	0,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>1 992 119,52</b>	<b>2 261 299,20</b>

Do quadro resulta que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2022 e que reporta o exercício de 2021.

Participações financeiras - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos:

Participações Financeiras				
	31/12/2021	Aumento	Redução	31/12/2020
<b>Participações sociais</b>				
Fundo de Apoio Municipal	552 727,00			552 727,00
Outras participações de capital	0,00			0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>552 727,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>552 727,00</b>

## PASSIVOS FINANCEIROS

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	1 485 726,72		1 485 726,72	1 608 422,51		1 608 422,51
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	-		-	-		-
		218 - Adiantamento de clientes	-		-	-		-
		22 Fornecedores	244 839,28		244 839,28	320 177,41		320 177,41
		Outros passivos						
		23 - Pessoal	-		-	-		-
		24 - Estado e out.ent.públicos	94 390,51		94 390,51	92 766,15		92 766,15
		271 - Fornecedores de investimentos	1 029 122,18		1 029 122,18	503 680,36		503 680,36
		2722 - Cred. por acréscimos	1 414 559,84		1 414 559,84	1 458 644,03		1 458 644,03
		276.+277.+ 2785.27892 - Credores diversos	251 223,09		251 223,09	306 598,57		306 598,57
		- Rendimentos a reconhecer			-			-
		25 Financiamentos obtidos	676 357,23		676 357,23	562 411,69		562 411,69
		<b>Subtotais</b>	<b>5 196 218,85</b>		<b>5 196 218,85</b>	<b>4 852 700,72</b>		<b>4 852 700,72</b>
<b>Totais</b>	<b>5 196 218,85</b>		<b>5 196 218,85</b>	<b>4 852 700,72</b>		<b>4 852 700,72</b>		

O valor detalhado do passivo financeiro é convergente com os valores contantes no balanço.

Do passivo financeiro 13,02% correspondem a financiamentos obtidos e 27,22% correspondem a credores por acréscimos de gastos que, no essencial, correspondem a férias e subsídio de férias do pessoal.

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas no município, assumindo, no conjunto um peso de apenas 4,71% no passivo financeiro.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo não corrente</b>		
- Cauções	237 370,14 €	276 629,65 €
Cauções	237 370,14 €	276 629,65 €
<b>Passivo corrente</b>		
- Credores por acréscimos de gastos	1 414 559,84 €	1 458 644,03 €
- Remunerações a Liquidar	851 792,90 €	1 017 889,48 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	- €	146,65 €
- Outros acréscimos de gastos	562 766,94 €	440 607,90 €
- Outros devedores e credores por transferência	- €	- €
- Credores por subscrições não liberadas	- €	- €
- Outros credores	13 852,95 €	29 968,92 €
- Outros credores	13 852,95 €	29 968,92 €
<b>Totais</b>	<b>1 665 782,93 €</b>	<b>1 765 242,60 €</b>

#### NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Município de Montemor-o-Novo não detém participações em entidades que controla, não sendo, por isso aplicável.

Na sequência do atrás referido não é igualmente aplicável a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

## OUTRAS DIVULGAÇÕES

### NOTA 23 - ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Q 30 - Alterações no Património Líquido							
Rubricas	01/01/2021	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2021
<b>51 - Património</b>	99 506 607,49 €						99 506 607,49 €
<b>55 - Reservas</b>	2 816 109,48 €	0,00 €				0,00 €	2 816 109,48 €
- Reservas legais	1 408 054,74 €						1 408 054,74 €
- Outras reserva	1 408 054,74 €						1 408 054,74 €
- Cedências a título gratuito							0,00 €
- Transferências de outras entidades							0,00 €
<b>56 - Resultados transitados</b>	-63 752 062,40 €	240 966,60 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	-63 511 095,80 €
- Resultados transitados De períodos anteriores	-60 656 468,61 €	240 966,60 €					-60 415 502,01 €
- Resultados transitados Regularizações	0,00 €						0,00 €
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	-3 095 593,79 €						-3 095 593,79 €
- Ajustamentos de reorganização de operações							0,00 €
- Alteração de políticas contabilísticas							0,00 €
<b>57 - Ajust.em ativos financeiros</b>	0,00 €					0,00 €	0,00 €
- Relacionados com o MEP							0,00 €
<b>59 - Outras variações no património líquido</b>	0,00 €		0,00 €			362 746,74 €	13 526 191,60 €
- Transferências e subsídios de capital	7 612 360,99 €		0,00 €			362 746,74 €	9 707 520,48 €
- Ativos depreciables	7 612 360,99 €			2 457 906,23 €		362 746,74 €	9 707 520,48 €
- Artivos não depreciables							
- Outras transferências, sub.capital	1 832 702,02 €			1 985 969,10 €		0,00 €	3 807 014,12 €
- FEF Capital	937 537,48 €			1 005 265,65 €		0,00 €	1 942 803,13 €
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	883 507,54 €			980 703,45 €		0,00 €	1 864 210,99 €
- Doações obtidas	11 657,00 €			0,00 €			11 657,00 €
- Transferências de ativos	0,00 €						0,00 €
<b>818 - Resultados líquido do exercício</b>	240 966,60 €	-240 966,60 €	0,00 €		190 121,70 €		190 121,70 €
<b>TOTAL</b>	48 256 684,18 €		0,00 €	4 443 875,33 €	190 121,70 €	362 746,74 €	52 527 934,47 €

As variações no património líquido no exercício de 2021, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2020 para resultados transitados (240.966,60 euros);
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2021 no montante 190.121,70 euros;
3. Reforço de financiamentos cujas condições foram cumpridas e reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes;
4. Transferências de Capital (FEF e Artigo 35º) no âmbito da lei nº 73/2012, no total de 1.985.969,10 euros, valor sobre o qual foi efetuada a devida atribuição a investimentos.

## ALTERAÇÕES OCORRIDAS AO NÍVEL DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

CONTA	01/01/2021	Aumentos/ Pedidos de Pagamento	Reposições / Correções VU	Transferência	Especialização	Diminuições	31/12/2021
<b>2822</b>	<b>Transf.sub.p/aquis.ativos deprec. c/ Condições em exec</b>	<b>3 569 263,21</b>	<b>1 488 292,26</b>	<b>0,00</b>	<b>2 636 343,46</b>		<b>2 415 000,97</b>
	CP - FUNDO SALVAGUARDA - Castelo	1 630 982,61	0,00			6 211,04	1 624 771,57
	SECTORIZAÇÃO E MACROMEDIAÇÃO SISTEMAS ABASTECIMENTO ÁGUA MMN	0,00	212 265,08		0,00		212 265,08
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO ESPAÇOS EXTERIORES, ACESSOS E TERREIROS DO CASTELO	528 367,93	39 394,12		567 762,05		0,00
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO EB/JI SANTIAGO ESCOURAL	0,00	0,00		0,00		0,00
	FEDER - PEDU - IMPLM PERCURSOS LIVRES DE OBSTÁCULOS	99 884,16	150 870,61		0,00		250 754,77
	FEDER - PEDU - RUA DE AVIZ E OUTRAS	3 141,19	415 209,51		418 350,70		0,00
	FEDER - PEDU - REABILITAÇÃO MERCADO MUNICIPAL	724 683,48	145 835,89		870 519,37		0,00
	FEDER - PEDU - REMODELAÇÃO ENVOLVENTE MERCADO MUNICIPAL TROÇO SUDESTE R.COMANDANTE FI	160 489,13	203 450,28		363 939,41		0,00
	FEDER - CENTROS DE ACOILHIMENTO TURISTICO INTERPRETATIVOS DE ÉVORA E ALENTEJO CENTRAL	308 797,27	106 467,84		415 265,11		0,00
	FEDER - PEDU - REQ ESP PÚBLIC URB RITEÓHLO BRAGA E LAGS E PRAÇ CENTRO HISTÓRICO	65 764,70	3 833,39		0,00		69 598,09
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO EBI MMN E REFEITÓRIO ESCOLAR	47 152,74	177 940,09		506,82		224 586,01
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO EBI MMN E REFEITÓRIO ESCOLAR		33 025,45				33 025,45
<b>593</b>	<b>Transf.sub.p/aquis.ativos deprec.</b>	<b>9 433 406,01</b>	<b>2 457 906,23</b>	<b>0,00</b>	<b>4 750 830,23</b>	<b>669 701,64</b>	<b>13 514 534,60</b>
	Outros	1 133 479,00				50 691,67	1 082 787,33
	Centro Escolar Montemor-o-Novo	1 204 384,18				23 406,30	1 180 977,88
	Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	496 723,52				13 750,70	482 972,82
	Requalificação Urbana da Área Rostio em Montemor-o-Novo	757 631,72				59 894,15	697 737,57
	Remod de Arruam e Infraestruturas - Largo Banha de Andrade	197 631,77				12 352,02	185 279,75
	Remodulação da Rua da Janelinha	587 553,90				36 722,10	550 831,80
	Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	303 987,07				18 999,06	284 988,01
	Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	158 127,95				9 784,86	148 343,09
	OUTROS PROGRAMAS - SUBSTITUIÇÃO VEÍCULOS DE SERVIÇOS URBANOS POR VEÍCULOS ELÉTRICOS	46 081,66				8 315,64	37 766,02
	PISTA DE ATLETISMO	327 566,75				22 323,96	305 242,79
	ILUMINAÇÃO DO CASTELO	10 315,65				606,84	9 708,81
	BENEFICIAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ALMEIDA FARIA	71 874,19				2 472,00	69 402,19
	FEDER - PEDU - Rua de Avis e outras	0,00	870 519,37		870 519,37	4 728,76	865 790,61
	FEDER - PEDU - REABILITAÇÃO MERCADO MUNICIPAL	335 721,54	363 939,41		363 939,41	2 426,12	697 234,83
	FEDER - PEDU - REMODELAÇÃO ENVOLVENTE MERCADO MUNICIPAL TROÇO SUDESTE R.COMANDANTE FI	50 497,79	237 357,70		237 357,70	6 921,12	280 934,37
	SECTORIZAÇÃO E MACROMEDIAÇÃO SISTEMAS ABASTECIMENTO ÁGUA	17 001,12				1 101,84	15 899,28
	IMPLM PERCURSOS LIVRE OBSTÁCULOS	0,00	418 327,70		418 327,70	20 445,48	397 882,22
	REQUALIFICAÇÃO ESPAÇOS EXTERIORES, ACESSOS E TERREIROS DO CASTELO	0,00	567 762,05		567 762,05	16 720,48	551 041,57
	FEDER antigo	1 546 863,56				38 330,28	1 508 533,28
	Outras	309 709,59				0,00	309 709,59
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	937 537,48			1 122 300,00	117 034,35	1 942 803,13
	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	883 507,54			1 170 624,00	189 920,55	1 864 210,99

## Nota 24 - Diferimentos

### DIFERIMENTOS ATIVOS

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer		
Transferências e subsídios concedidos com condições	1 373 267,46	1 468 273,99
Peças, ferramentas e utensílios	0,00	436,41
Vestuário e artigos pessoais	20 549,48	28 847,25
Material de escritório	10 544,74	12 984,06
Artigos de Higiene e Limpeza	10 525,00	11 434,96
Medicamentos e artigos para a saúde	371,70	408,04
Outros materiais	722,27	1 414,97
Rendas	0,00	350,00
Outros rendimentos a reconhecer	3 700,29	10 611,76
<b>Totais</b>	<b>1 419 680,94</b>	<b>1 534 761,44</b>

### DIFERIMENTOS PASSIVOS

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2021	31/12/2020
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	0,00	3 569 263,21
- Administrações públicas	1 639 585,94	1 630 982,61
- FEDER	790 229,40	1 938 280,60
- Outros	15 805,32	634,99
<b>Totais</b>	<b>2 445 620,66</b>	<b>3 569 898,20</b>

## NOTA 25 - RENDIMENTOS E GANHOS

Q 21 Rendimentos e Ganhos		
RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
70 Impostos, contribuições e taxas	3 174 218,79	3 097 839,50
71 Vendas	986 590,02	817 996,86
72 Prestações de serviços e concessões	2 414 203,13	2 275 261,94
73 Variações nos inventários da produção	-	-
74 Trabalhos para a própria entidade	-	-
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	11 897 805,77	10 731 862,14
76 Reversões	17 442,88	196,40
77 Ganhos por aumentos de justo valor	-	-
78 Outros rendimentos	1 063 287,83	835 570,68
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	-	15 353,52
<b>Totais</b>	<b>19 553 548,42</b>	<b>17 774 081,04</b>

Durante os anos de 2021 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 19.553.548,42 euros, o que representa um acréscimo de 10% face a 2020.

## NOTA 26 - GASTOS E PERDAS

Durante o ano de 2021 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2021	2020
60 Transferências e subsídios concedidos	3 257 906,81	2 287 902,11
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	48 688,12	49 977,33
62 Fornecimentos e serviços externos	5 565 107,75	4 940 991,87
63 Gastos com o pessoal	7 214 094,42	7 272 358,55
64 Gastos de depreciação e de amortização	2 761 325,41	2 758 908,56
65 Perdas por imparidade		172,69
67 Provisões		0,00
68 Outros gastos	499 852,97	217 497,14
69 Gastos por juros e outros encargos	16 451,24	5 306,19
<b>Totais</b>	<b>19 363 426,72</b>	<b>17 533 114,44</b>

Comparativamente com 2020 os gastos registaram um crescimento de 10,5%.

## NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Q 24 Transferências e subsídios concedidos		
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2021	2020
<b>Transferências correntes concedidas</b>		
- Estado	0,00	0,00
- Serviços e Fundos Autónomos	0,00	0,00
- Associações de Municípios	315 763,59	222 871,77
- Freguesias	171 554,10	132 975,13
- Assembleias distritais	0,00	
- Outros	0,00	
- Instituições sem fins lucrativos	915 311,77	884 505,48
- Municípios	0,00	
- Estado	0,00	
- Famílias	318 325,12	176 989,53
- Privadas		
- Outras	136 336,16	157 786,53
- Prestações sociais	6 960,19	9 096,55
<b>Subtotal</b>	<b>1 864 250,93</b>	<b>1 584 224,99</b>
<b>Transferências capital concedidas</b>		
- Municípios		
- Freguesias		
- Associações de Municípios	80 329,65	139 825,25
- Freguesias	1 135 668,76	419 991,28
- Instituições sem fins lucrativos	174 157,47	139 575,59
- famílias	3 500,00	4 285,00
<b>Subtotal</b>	<b>1 393 655,88</b>	<b>703 677,12</b>
<b>Totais</b>	<b>3 257 906,81</b>	<b>2 287 902,11</b>

Do total das transferências correntes 49,1% foram canalizados para instituições sem fins lucrativos, 26,1% para o setor local e 17,1% para as famílias.

## NOTA 28 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta componente dos gastos, durante o ano de 2021, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Q 27 FSE

Fornecimentos e serviços externos		2021	2020
<b>621</b>	<b>Subcontratos e parcerias</b>	<b>1 798 928,40</b>	<b>1 598 530,81</b>
	- Serviços de Saneamento básico	0,00	183 650,06
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	346 885,87	369 071,55
	- Tecnologias de informação e comunicação	37 874,75	27 467,33
	- Água - Abastecimento Público	804 461,56	431 422,65
	- Espaços de desporto cultura e lazer	4 333,33	7 165,07
	- Limpeza Urbana	0,00	0,00
	- Iluminação Pública	177 762,48	215 274,01
	- Transportes Escolares	225 251,95	206 152,36
	- Transportes outros	0,00	0,00
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	84 150,68	70 670,04
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	104 612,65	83 312,39
	- Outros	13 595,13	4 345,35
<b>622</b>	<b>Serviços especializados</b>	<b>1 676 037,75</b>	<b>1 418 274,27</b>
	- Trabalhos especializados	212 201,22	166 044,36
	- Publicidade comunicação e imagem	96 575,83	58 816,09
	- Vigilância e segurança	183 099,33	147 867,55
	- Honorários	282 425,81	202 845,10
	- Comissões	87 146,34	64 959,50
	- Conservação e reparação	341 746,72	257 973,49
	- Outros serviços especializados	472 842,50	519 768,18
<b>623</b>	<b>Materiais de consumo</b>	<b>337 020,06</b>	<b>322 101,43</b>
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	101 428,12	87 394,39
	- Livros e documentação técnica	2 431,35	1 152,49
	- Material de escritório	31 198,70	27 243,74
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	19 155,37	25 215,43
	- Material de educação cultura e recreio	8 754,97	21 476,64
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pes	29 794,74	27 686,57
	- Medicamentos e artigos para a saúde	19 733,97	20 130,73
	- Produtos químicos e de laboratórios	0,00	0,00
	- Outros fornecimentos e serviços	124 522,84	111 801,44
<b>624</b>	<b>Energia e fluídos</b>	<b>844 770,18</b>	<b>741 392,80</b>
	- Electricidade	416 926,13	369 790,14
	- Combustíveis e lubrificantes	290 597,96	239 692,47
	- Água	137 246,09	131 450,53
	- Outros	0,00	459,66
<b>625</b>	<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>14 492,38</b>	<b>17 806,05</b>
	- Deslocações e estadas	9 481,02	12 306,00
	- Transportes de pessoal	496,51	920,00
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	4 514,85	4 580,05
	- Outros	0,00	0,00
<b>626</b>	<b>Serviços diversos</b>	<b>893 858,98</b>	<b>842 886,51</b>
	- Rendas e alugueres	286 560,18	158 830,87
	- Comunicação	110 489,17	122 125,72
	- Seguros	108 607,06	107 300,44
	- Contencioso e notariado	0,00	557,65
	- Despesas de representação dos serviços	0,00	0,00
	- Limpeza, higiene e conforto	40 102,99	109 286,84
	- Outros serviços	348 099,58	344 784,99
	- Fornecimentos e serviços diversos	0,00	0,00
<b>Totais</b>		<b>5 565 107,75</b>	<b>4 940 991,87</b>

## Nota 29 - GASTOS COM PESSOAL

Gastos com o pessoal	2021	2020
<b>Remunerações Órgãos Autárquicos</b>	213 747,28	213 163,55
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00	
<b>Remunerações do pessoal</b>	5 482 564,42	5 379 106,71
Remuneração base	4 064 150,93	4 050 553,94
- Subsídios de férias	360 625,46	353 145,07
- Subsídios de Natal	348 345,13	339 981,26
- Despesas de representação	11 688,00	11 688,00
- Subsídio de refeição	361 014,74	359 176,23
- Gratificações	0,00	
- Suplementos e prémios	53 040,55	
- Outros suplementos	0,00	
- Abonos variáveis ou eventuais	283 699,61	264 562,21
<b>Pensões</b>	0,00	
<b>Indemnizações</b>	0,00	
<b>Encargos s/ Remunerações</b>	1 155 103,69	1 294 793,34
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	79 221,12	79 338,78
Gastos de ação social	0,00	
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	223 839,55	235 283,69
<b>Outros encargos sociais</b>	59 618,36	70 672,48
<b>Totais</b>	<b>7 214 094,42</b>	<b>7 272 358,55</b>

## Nota 30 – DEPRECIAÇÕES

Depreciações e Amortizações	2021	2020
Bens do domínio público	1 220 030,34	1 225 345,96
Edifícios e outras construções	1 020 126,30	1 097 597,60
Equipamento básico	128 635,52	97 531,06
Equipamento de transporte	234 446,69	200 012,17
Equipamento administrativo	85 925,97	78 512,78
Equipamentos biológicos	4 653,38	5 076,44
Outros ativos fixos tangíveis	59 907,45	49 363,38
Ativos intangíveis	7 599,76	5 469,17
<b>Totais</b>	<b>2 761 325,41</b>	<b>2 758 908,56</b>

## **V - Contabilidade de Gestão**

O SNC-AP veio introduzir alterações no modelo de contabilidade de custos para a contabilidade de gestão, quer quanto ao sistema de custeio, quer quanto aos apuramentos a obter. Dadas as limitações ainda existentes na implementação desta contabilidade, nomeadamente ao nível da aplicação informática, o Município de Montemor-o-Novo apenas cumpriu parcialmente os requisitos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão sem dados consistentes no ano em análise.

## **VI - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO**

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

## VII - Anexo às Demonstrações Orçamentais

### VII.1 – DDORC

		R.P.	R.G.	U.E.	EMP.	F.A.	Total	Anterior
RA01	Saldo de gerência anterior	2 585 289,14 €	- €	401 906,19 €	90 076,16 €	264 874,52 €	3 342 146,01 €	2 478 558,13 €
RB01	Operações orçamentais [1]	2 585 289,14 €	- €	401 906,19 €	90 076,16 €	- €	3 077 271,49 €	2 104 230,56 €
R002	Devolução do saldo oper. orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R004	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R005	Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	264 874,52 €	264 874,52 €	374 327,57 €
RA02	Recosta corrente	17 930 536,67 €	- €	40 315,13 €	- €	- €	17 970 851,80 €	16 816 861,62 €
R1	Recosta fiscal	3 245 691,11 €	- €	- €	- €	- €	3 245 691,11 €	2 878 930,13 €
R1.1	Impostos diretos	3 245 691,11 €	- €	- €	- €	- €	3 245 691,11 €	2 878 930,13 €
R1.2	Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	145 914,24 €	- €	- €	- €	- €	145 914,24 €	208 964,21 €
R4	Rendimentos de propriedade	1 243 821,99 €	- €	- €	- €	- €	1 243 821,99 €	1 102 415,22 €
R5	Transferências e subsídios correntes	11 262 746,77 €	- €	40 315,13 €	- €	- €	11 303 061,90 €	10 705 822,67 €
R5.1	Transferências correntes	11 262 746,77 €	- €	40 315,13 €	- €	- €	11 303 061,90 €	10 705 822,67 €
R5.1.1	Administrações Públicas	11 262 746,77 €	- €	40 315,13 €	- €	- €	11 303 061,90 €	10 705 822,67 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	11 246 326,80 €	- €	40 315,13 €	- €	- €	11 286 641,93 €	10 704 389,07 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	16 419,97 €	- €	- €	- €	- €	16 419,97 €	1 433,60 €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2	Exterior - UE	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.2	Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6	Venda de bens e serviços	1 954 650,01 €	- €	- €	- €	- €	1 954 650,01 €	1 828 209,88 €
R7	Outras receitas correntes	77 712,55 €	- €	- €	- €	- €	77 712,55 €	92 518,51 €
RA03	Recosta de capital	3 363 456,93 €	- €	1 077 394,28 €	- €	- €	4 440 851,21 €	4 428 798,53 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	14 580,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	3 363 456,93 €	- €	1 077 394,28 €	- €	- €	4 440 851,21 €	4 414 218,53 €
R9.1	Transferências de capital	3 363 456,93 €	- €	1 077 394,28 €	- €	- €	4 440 851,21 €	4 414 218,53 €
R9.1.1	Administrações Públicas	3 363 456,93 €	- €	1 077 394,28 €	- €	- €	4 440 851,21 €	4 414 218,53 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 363 456,93 €	- €	1 077 394,28 €	- €	- €	4 440 851,21 €	4 414 218,53 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2	Exterior - UE	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.3	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RA04	Recosta efetiva [2]	21 301 169,91 €	- €	1 117 709,41 €	- €	- €	22 418 879,32 €	21 249 960,96 €
R11	Reposições não abutidas aos pagamentos	7 176,31 €	- €	- €	- €	- €	7 176,31 €	4 300,81 €
RA05	Recosta não efetiva [3]	1 012,40 €	- €	- €	278 784,40 €	- €	279 796,80 €	91 703,34 €
R12	Recosta com ativos financeiros	1 012,40 €	- €	- €	- €	- €	1 012,40 €	1 627,18 €
R13	Recosta com passivos financeiros	- €	- €	- €	278 784,40 €	- €	278 784,40 €	90 076,16 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	23 887 471,45 €	- €	1 519 615,60 €	368 860,56 €	- €	25 775 947,61 €	23 445 894,86 €
ROTI	Operações de tesouraria [B]	- €	- €	- €	- €	174 587,10 €	174 587,10 €	170 756,47 €
DA01	Despesa corrente	14 513 216,32 €	- €	- €	- €	- €	14 513 216,32 €	13 797 964,46 €
D1	Despesas com o pessoal	7 295 962,68 €	- €	- €	- €	- €	7 295 962,68 €	7 101 260,86 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5 304 827,03 €	- €	- €	- €	- €	5 304 827,03 €	5 222 101,09 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	350 288,06 €	- €	- €	- €	- €	350 288,06 €	270 072,14 €
D1.3	Segurança social	1 640 307,59 €	- €	- €	- €	- €	1 640 307,59 €	1 609 087,63 €
D2	Aquisição de bens e serviços	5 078 673,62 €	- €	- €	- €	- €	5 078 673,62 €	4 576 017,23 €
D3	Juros e outros encargos	15 439,15 €	- €	- €	- €	- €	15 439,15 €	4 810,25 €
D4	Transferências e subsídios correntes	1 866 415,38 €	- €	- €	- €	- €	1 866 415,38 €	1 924 537,92 €
D4.1	Transferências correntes	1 866 415,38 €	- €	- €	- €	- €	1 866 415,38 €	1 924 537,92 €
D4.1.1	Administrações Públicas	656 701,32 €	- €	- €	- €	- €	656 701,32 €	408 931,88 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	656 701,32 €	- €	- €	- €	- €	656 701,32 €	408 931,88 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 074 594,80 €	- €	- €	- €	- €	1 074 594,80 €	1 340 948,06 €
D4.1.3	Famílias	135 119,26 €	- €	- €	- €	- €	135 119,26 €	174 657,98 €
D4.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.2	Subsídios Correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5	Outras despesas correntes	256 725,49 €	- €	- €	- €	- €	256 725,49 €	191 338,20 €
DA02	Despesa de capital	4 704 046,29 €	- €	1 084 494,52 €	286 522,52 €	- €	6 075 063,33 €	6 305 131,22 €
D6	Aquisição de bens de capital	3 170 313,34 €	- €	1 084 494,52 €	286 522,52 €	- €	4 541 330,38 €	5 356 473,50 €
D7	Transferências e subsídios de capital	1 383 732,95 €	- €	- €	- €	- €	1 383 732,95 €	948 657,72 €
D7.1	Transferências de capital	1 383 732,95 €	- €	- €	- €	- €	1 383 732,95 €	948 657,72 €
D7.1.1	Administrações Públicas	1 206 075,48 €	- €	- €	- €	- €	1 206 075,48 €	602 271,66 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	1 206 075,48 €	- €	- €	- €	- €	1 206 075,48 €	602 271,66 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	177 657,47 €	- €	- €	- €	- €	177 657,47 €	146 460,59 €
D7.1.3	Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.4	Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	199 925,47 €
D7.2	Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	150 000,00 €	- €	- €	- €	- €	150 000,00 €	- €
DA03	Despesa efetiva [5]	19 217 262,61 €	- €	1 084 494,52 €	286 522,52 €	- €	20 588 279,65 €	20 103 095,68 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	164 838,86 €	- €	- €	- €	- €	164 838,86 €	265 527,69 €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	30 707,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	164 838,86 €	- €	- €	- €	- €	164 838,86 €	234 820,69 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	19 382 101,47 €	- €	1 084 494,52 €	286 522,52 €	- €	20 753 118,51 €	20 368 623,37 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]	- €	- €	- €	- €	201 955,02 €	201 955,02 €	280 209,52 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	4 505 369,98 €	- €	435 121,08 €	82 338,04 €	237 506,60 €	5 260 335,70 €	3 342 146,01 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	4 505 369,98 €	- €	435 121,08 €	82 338,04 €	- €	5 022 829,10 €	3 077 271,49 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	- €	- €	- €	- €	237 506,60 €	237 506,60 €	264 874,52 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	2 083 907,30 €	- €	33 214,89 €	- 286 522,52 €	- €	1 830 599,67 €	1 146 865,28 €
DA10	Despesa primária	19 201 823,46 €	- €	1 084 494,52 €	286 522,52 €	- €	20 572 840,50 €	20 098 285,43 €
DA11	Saldo corrente	3 417 320,35 €	- €	40 315,13 €	- €	- €	3 457 635,48 €	3 018 897,16 €
DA12	Saldo de capital	- 1 340 589,36 €	- €	- 7 100,24 €	- 286 522,52 €	- €	- 1 634 212,12 €	- 1 876 332,69 €
DA13	Saldo primário	2 099 346,45 €	- €	33 214,89 €	- 286 522,52 €	- €	1 846 038,82 €	1 151 675,53 €
DA14	Recosta total [1] + [2] + [3]	23 887 471,45 €	- €	1 519 615,60 €	368 860,56 €	- €	25 775 947,61 €	23 445 894,86 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	19 382 101,47 €	- €	1 084 494,52 €	286 522,52 €	- €	20 753 118,51 €	20 368 623,37 €

O município de Montemor-o-Novo iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 3.077.271,49 euros e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de 5.022.829,10 euros. Durante o mesmo período o saldo de operações de tesouraria passou de 264.874,52 euros no início do período para 237.506,60 euros.

O total da receita efetiva arrecadada durante o exercício foi de 22.418.879,32 euros, a que acrescem 279.796,80 euros de receita não efetiva.

A despesa ascendeu a 20.753.118,51 euros, com 164.838,86 euros classificada como despesa não efetiva.

Os saldos: global, corrente, de capital e primário foram respetivamente de 1.830.599,67 euros; 3.457.635,48 euros; 1.634.212,12 euros e 1.846.038,82 euros.

#### Modificações Orçamentais

Embora a entrada em vigor do SNC-AP que veio alterar o sistema contabilístico das autarquias locais, o ponto 8.3.1 – Modificações do orçamento, foi um dos pontos do POCAL que não foi alterado pelo mesmo.

Apesar de aquando da elaboração dos documentos previsionais, ter existido rigor na sua elaboração, ao longo do ano foi necessário efetuar alguns ajustamentos/correções tanto na previsão das receitas como nas despesas a fim de corrigir algumas previsões em rubricas não previstas ou insuficientemente dotadas.

#### VII.2 - Operações de Tesouraria

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL	
07	07	Operações de tesouraria	374 327,57	170 756,47	280 209,52	264 874,52
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	374 327,57	170 756,47	280 209,52	264 874,52
07.1.6	07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP / Retenções - Transição para o SNC-AP	374 327,57	170 756,47	280 209,52	264 874,52
TOTAL			374 327,57	170 756,47	280 209,52	264 874,52

Montemor-o-Novo 15 de abril de 2022